

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23764.024570/2025-15

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a **Contratação de Serviços de Manutenção corretiva e preventiva de 03 (três) grupos geradores de energia elétrica a diesel com fornecimento de materiais, peças de reposição e abastecimento de diesel S500**, com disponibilização de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia/7(sete) dias por semana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande - FURG, pertencente à Rede HU Brasil - HU Brasil, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital, seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

1.3. Trata-se de serviço comum de engenharia, visto que pode ser definido por meio de especificações objetivas, de acordo com características usuais do mercado, de caráter continuado sem a disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1.4. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos geradores do HU-Furg são considerados serviços essenciais, necessários à manutenção da segurança dos usuários e preservação do patrimônio público. Portanto, não podem ser interrompidos sob risco de comprometer o funcionamento regular do hospital. Sob este ponto de vista entendemos que se trata de serviços de natureza continuada.

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.6. O procedimento para a contratação será conduzido através de Pregão Eletrônico tradicional, critério de julgamento conforme definido no item 13.1 deste documento, nos termos do regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, objetivando a assinatura de termo de contrato, que formalizará a contratação com a unidade hospitalar.

1.7. A descrição detalhada dos itens consta na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Descrição detalhada da contratação

Item	Descrição	CATSER	Unidade	Quantidade
1	Contratação de Serviços de Manutenção corretiva e preventiva de 03 (três) grupos geradores de energia elétrica a diesel com fornecimento de materiais, peças de reposição e abastecimento de diesel S500.	2356	Meses	12

1.8. Não foi fixada exclusividade de participação de microempresas ou empresas de pequeno porte para os itens, considerando que para o atendimento do objeto deste processo licitatório não foi identificado o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP's sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, considerando também que não foi entendido como vantajoso para a administração pública, tendo em vista que a ampla concorrência neste processo alcançará um maior número de participantes, garantindo assim a efetiva participação dos interessados, não prejudicando a participação das empresas beneficiadas pela LC nº 123/2006, com base no art. 10, incisos I e II do Decreto nº 8.538, de 2015.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação legal e normativa:

- 2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;
- 2.1.2. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;
- 2.1.3. [Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 2.1.4. [Lei nº 11.488](#), de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI;
- 2.1.5. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- 2.1.6. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;
- 2.1.7. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;
- 2.1.8. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- 2.1.9. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 2.1.10. [Decreto nº 7.983](#), de 8 de abril de 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;
- 2.1.11. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 2.1.12. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 2.1.13. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 2.1.14. [Instrução Normativa nº 05](#), de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- 2.1.15. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 2.1.16. Norma - SEI nº 3/2024/DAI-HU Brasil (Documento SEI nº 40700077) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;
- 2.1.17. Norma Operacional-SEI nº 7/2023/DAI-HU Brasil (Documento SEI nº 28062396) - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil;
- 2.1.18. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025;](#)
- 2.1.19. [Regulamento de Compras e Contratos](#) - RCC versão 3.0;
- 2.1.20. [Política de Proteção de Dados Pessoais da HU Brasil;](#)
- 2.1.21. [Política de Transações com Partes Relacionadas da HU Brasil.](#)

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserrh, atual HU Brasil - foi criada por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a

finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

3.2. A HU Brasil é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

3.3. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 41 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

3.4. Os hospitais da Rede HU Brasil exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

3.5. O Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior é vinculado à Universidade Federal do Rio Grande - FURG e pertence à Rede da HU Brasil, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município do Rio Grande/RS e localidades, observando a sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

3.6. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares.

3.7. No contexto do planejamento estratégico do HU Brasil que resultou no Mapa Estratégico 2024-2028, vislumbra-se o alinhamento da contratação proposta com as necessidades e expectativas da instituição, de acordo com as finalidades da empresa e com as temáticas que tratam das políticas de governança e sustentabilidade. Veja-se:

I - **Propósito:** Saúde, ensino, pesquisa e inovação a serviço da vida e do SUS.

II - **Visão Estratégica:** Consolidar-se como uma rede de hospitais universitários de excelência para o SUS.

III - **Valores:** Ética, integridade e transparência; Compromisso com universalidade, integralidade e fortalecimento do SUS; Promoção da equidade, respeito à diversidade e aos direitos humanos; Ensino, pesquisa e inovação comprometidos com as necessidades do país; Valorização do papel social do trabalho em saúde e dos trabalhadores.

IV - **Pilares/Objetivos estratégicos**

a) **Sociedade:**

OE02 - Qualificar o cuidado hospitalar;

OE04 - Participar da implementação da Política Nacional de Atenção Especializada e do esforço de redução de filas;

OE05 - Aprimorar as condições de ensino e os cenários de prática.

b) **Responsabilidade ambiental, social e governança:**

OE12 - Promover sustentabilidade ambiental e responsabilidade social em Rede.

c) **Desenvolvimento institucional:**

OE16 - Fortalecer o reconhecimento da imagem pública da HU Brasil.

d) **Sustentabilidade financeira:**

OE21 - Aprimorar os processos de compras e contratações.

3.8. A equipe técnica do Setor de Infra estrutura Física do HU FURG não possui capacidade técnica para a realização desses serviços, pois grupos geradores exigem qualificação adequada para realização do serviço. A falta de manutenção preventiva e corretiva pode causar parada do equipamento por tempo indeterminado até a viabilização da aquisição do serviço, aumentando significativamente o custo de manutenção.

3.9. Além disso, a manutenção corretiva e preventiva é indispensável para o perfeito funcionamento dos equipamentos, devendo estes, estar disponível para uso imediato, durante vinte e quatro horas por dia. A interrupção do funcionamento pode deixar o HU sem fornecimento de energia, durante uma falta de fornecimento na rede da concessionária.

3.10. O contrato além de prever as preventivas regularmente conforme periodicidade recomendada pelo fabricante, ainda prevê tempo de atendimento para as manutenções corretivas e aplicação de peças essenciais para o retorno do funcionamento dos equipamentos, reduz o tempo de parada dos equipamentos e também o risco de danos maiores em decorrência do problema apresentado.

3.11. Ressalta-se que a presente demanda é de caráter continuado para o funcionamento do hospital. Nesse sentido, esta contratação visa a substituir o contrato ora vigente nesta filial, sem sobreposição de execução, visto que

este não atende mais a necessidade por completo.

3.12. Registra-se que esta aquisição constitui atividade de suporte ao atingimento de resultados nas políticas públicas e à finalidade institucional do HU Brasil e está alinhada à Política de Compras da empresa, estando previsto no Acordo Organizativo de Compromissos em razão de se tratar de demanda contínua e indispensável para o Hospital.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A completa descrição da solução, foi extraída dos estudos técnicos preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.

4.2. O escopo do serviço a ser contrato se enquadra em 3 (três) vertentes, a saber:

- Manutenção preventiva mensal;
- Manutenção corretiva eventual, com disponibilidade de atendimento 24h por dia;
- Abastecimento eventual dos grupos geradores com disponibilidade de atendimento 24h por dia.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. Desta forma, as atividades a serem contratadas não envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da HU Brasil.

4.4. Assim, a combinação de elementos que caracterizam esta solução, tendo em vista a análise de mercado, considerando também a sua precificação, bem como os critérios exigidos para fins de aceitabilidade do fornecedor e sua posterior habilitação, garantem que a presente proposta é tecnicamente e economicamente viável. Ressalta-se que todas essas definições levam em consideração o contexto do HU-Furg e as especificidades do presente objeto, que exige um dimensionamento factível para o seu atendimento.

4.5. A contratação será realizada por meio de processo licitatório eletrônico, nos termos do preconizado no Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil versão 3.0.

4.6. No âmbito da HU Brasil, a Resolução n.º 298, de 17 de junho de 2025 e Resolução n.º 102, de 20 de fevereiro de 2020, ambas do Conselho de Administração, estabelecem as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da HU Brasil.

4.6.1. No presente caso, as atividades a serem contratadas não envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da HU Brasil, não havendo, pois, incidência das disposições da Resolução-CA n.º 298/2025 e nº 102/2020.

4.7. Ciclo de Vida do Objeto

4.7.1. No âmbito da contratação de serviços continuados, o ciclo de vida do objeto deve ser compreendido como o conjunto de fases que asseguram a adequada prestação, manutenção e eventual substituição das atividades contratadas, garantindo eficiência, economicidade e qualidade na execução.

4.7.2. O ciclo de vida inicia-se com a definição da necessidade pela Administração, momento em que se identificam os serviços essenciais e se estabelecem os parâmetros de qualidade e desempenho esperados. Em seguida, ocorre a fase de planejamento da contratação, que envolve a elaboração do termo de referência ou projeto básico, a estimativa de custos e a definição de critérios de sustentabilidade e inovação, quando aplicáveis.

4.7.3. Na sequência, dá-se a fase de seleção do fornecedor, por meio do processo licitatório, assegurando a observância dos princípios da legalidade, isonomia e competitividade. Após a adjudicação e assinatura do contrato, inicia-se a fase de execução, na qual os serviços são prestados de forma contínua, com acompanhamento e fiscalização pela Administração, visando garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

4.7.4. Durante a execução, é fundamental a gestão contratual, que compreende o monitoramento de indicadores de desempenho, a aplicação de mecanismos de controle e a adoção de medidas corretivas, sempre que necessário. Essa etapa também contempla a possibilidade de prorrogação contratual, conforme previsto em lei, assegurando a continuidade dos serviços sem solução de descontinuidade.

4.7.5. Dessa forma, a solução proposta pela HU Brasil engloba um processo planejado, padronizado e sustentável, garantindo a disponibilidade regular de serviços essenciais, a segurança dos usuários e a eficiência na gestão dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. As empresas deverão observar, para o envio de propostas, as normativas e legislações pertinentes ao objeto, bem como as especificações técnicas e as exigências previstas neste Termo de Referência.

5.2. Proposta:

5.2.1. Durante o pregão eletrônico, a empresa deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- a) Especificação clara do objeto, quantidade, unidade de medida, valor unitário e total, entre outras informações pertinentes ao objeto, necessárias para sua correta avaliação;
- b) Detalhamento do serviço, conforme Tabela contida no item 9.1.2 deste Termo de Referência;

5.2.2. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores do HU-Furg. Na falta de tal informação, o HU-Furg poderá solicitá-la em outro momento.

5.2.3. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai prestar o serviço objeto da presente licitação e a respectiva Nota Fiscal.

5.2.4. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e proposta.

5.2.5. As empresas deverão apresentar a seguinte documentação complementar, juntamente com a proposta, para fins de aceitabilidade do produto:

5.2.5.1. Atestado de vistoria ou declaração de conhecimento das condições locais para execução do objeto.

5.3. **Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:**

5.3.1. A responsabilidade pelos serviços caberá ao profissional habilitado (engenheiro eletricista ou equivalente, registrado no CREA), sendo obrigatória a emissão da correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

5.3.2. A Contratada deverá utilizar materiais de menor impacto ambiental, retirar materiais descartados em razão dos serviços e destinar de forma adequada ambientalmente, de acordo com as normas ambientais.

5.3.3. A contratação requer que a contratada atenda as normas e legislações vigentes, tendo por referência e orientação os títulos a seguir discriminados, sem prejuízo do cumprimento das normas advindas de outras que não constam na relação:

5.3.4. Às normas e especificações deste Termo de Referência;

5.3.4.1. Às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em especial a Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 - Anvisa;

5.3.4.2. Às recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:

5.3.4.3. NR-4: Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

5.3.4.4. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

5.3.4.5. NR 32: Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde;

5.3.4.6. NR 33: Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;

5.3.4.7. NR-35: Trabalho em Altura.

5.3.5. Aos regulamentos da empresa concessionária de energia;

5.3.6. Às disposições legais federais, estaduais e municipais;

5.3.7. Às disposições legais e normas do Corpo de Bombeiros Militar competente;

5.3.8. Às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial:

5.3.8.1. ABNT NBR 5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão;

5.3.8.2. ABNT NBR 13534:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão: Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;

5.3.8.3. ABNT NBR 10152:1987 - Níveis de ruído para conforto acústico - Procedimento;

5.3.8.4. ABNT NBR 5444:1989 - Símbolos gráficos para instalações elétricas prediais;

5.3.8.5. ABNT NBR IEC 60529:2005 - Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (código IP);

5.3.8.6. ABNT NBR IEC 60947-2:1998 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão. Parte 2: Disjuntores;

5.3.8.7. ABNT NBR NM 280 - Condutores de cabos isolados (IEC 60228, MOD);

5.3.8.8. ABNT 13248:2014 - Cabos de potência e condutores isolados sem cobertura, não halogenados e com baixa emissão de fumaça, para tensões até 1 kV - Requisitos de desempenho;

5.3.8.9. NBR NM-247-3 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 V, inclusive - Parte 3: Condutores isolados (sem cobertura) para instalações fixas (IEC 60227-3, MOD);

5.3.8.10. ABNT NBR 13418:1995 - Cabos resistentes ao fogo para instalações de segurança - Especificação;

5.3.8.11. ABNT NBR IEC 60269-3-1:2003 - Dispositivos-fusíveis de baixa tensão - Parte 3-1: Requisitos suplementares para dispositivos-fusíveis para uso por pessoas não qualificadas (dispositivos-fusíveis para uso principalmente doméstico e similares) - Seções I a IV;

5.3.8.12. ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;

5.3.8.13. ABNT NBR 15943:2011 - Diretrizes para um programa de gerenciamento de equipamentos de infraestrutura de serviços de saúde e de equipamentos para a saúde.

5.3.9. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer outras exigências com respeito à Saúde, Meio Ambiente e Segurança, sempre que julgue necessário para a proteção do pessoal, dos equipamentos e comunidades abrangidas pela execução do Contrato.

5.3.10. A CONTRATADA, ao firmar o Contrato, obriga-se a cumprir integralmente as exigências deste anexo e os Regulamentos e Procedimentos de trabalho relativos à Saúde, Meio Ambiente e Segurança, vigentes na unidade, permitindo ampla e total Fiscalização em suas instalações e serviços.

5.4. **Escopo dos serviços - serviços mínimos a serem executados**

5.4.1. **Manutenção Preventiva**

- Inspeções periódicas conforme plano de manutenção;
- Verificação de níveis (óleo, combustível, líquido arrefecimento);
- Verificação de baterias e carregadores;
- Inspeção de motores, alternadores e painéis;
- Troca de óleo e filtros (óleo, combustível, ar);
- Ajustes e reapertos elétricos e mecânicos;
- Testes funcionais com carga.

5.4.2. **Manutenção Corretiva**

- Atendimento mediante abertura de chamado;
- Diagnóstico de falhas;
- Substituição de componentes defeituosos;
- Testes operacionais após reparo
- Restabelecimento do sistema em plena operação.

5.4.3. **Manutenção Preditiva (quando aplicável)**

- Análise de óleo lubrificante;
- Termografia em painéis e conexões;
- Análise de vibração;
- Monitoramento de desempenho.

5.4.4. **Requisitos Técnicos da Contratada**

- Experiência mínima de **03 (três) anos** na área;
- Atestados de capacidade técnica compatíveis;
- Registro no CREA;
- Responsável técnico habilitado;

- Equipe técnica qualificada e treinada.

5.4.5. Os serviços deverão atender às normas e regulamentos vigentes, incluindo

- ABNT NBR ISO 8528 - Grupos geradores;
- ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas em baixa tensão;
- NR-10 - Segurança em instalações elétricas;
- NR-12 - Segurança em máquinas.

5.4.6. Os níveis de serviços que deverão ser observados serão:

- Para atendimentos emergenciais - prazo máximo até 6 horas;
- Para atendimentos normais - prazo máximo até 7 dias;
- Atendimento preferencial em regime 24 horas, 7 dias por semana.

5.4.7. Os materiais e peças, devem ser substituídas somente com autorização da contratante, as peças devem ser originais ou equivalentes homologadas; garantia mínima de 90 dias para os materiais e peças.

5.4.8. Será obrigatório o uso de instrumentos calibrados, com certificados de calibração válidos, além do ferramental ser adequado para manutenção dos sistemas geradores.

5.4.9. A contratada deverá apresentar, após cada atendimento, relatório técnico contendo as atividades executadas; leituras e medições; falhas identificadas; peças substituídas.

6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. O regime de execução será a Empreitada por Preço Global, para a parcela referente ao serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e Empreitada por Preço Unitário, para a parcela referente ao fornecimento de peças e óleo diesel, conforme as definições e hipóteses previstas no Art. 9º, incisos I e II, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

6.2. Da Justificativa para a Escolha da Contratação por Empreitada por preço global

6.2.1. Por se tratar de um serviço de engenharia no qual é possível definir com precisão os quantitativos em seus itens orçamentários, devendo-se, conforme instrumentos legais, acórdãos e boas práticas de Engenharia, ser preferido o regime de execução de empreitada por preço global.

6.2.2. Conforme o Art. 9º, § 2º do Regulamento de Compras e Contratos da Rede HU Brasil - RCC 3.0, os regimes de contratação integrada ou semi-integrada não são aplicáveis ao caso, uma vez que o presente Termo de Referência foi desenvolvido com detalhamento suficiente para a execução direta do objeto como serviço comum de engenharia. A solução técnica não demanda a elaboração de projetos complexos pela contratada, enquadrando-se na exceção prevista no Art. 127, § 3º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, sendo o regime de preço global o mais eficiente para a Administração.

6.2.3. Para fins de embasamento legal da justificativa expressa, pode-se citar o [Acórdão nº 1977/2013](#) - Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU), com destaque para o trecho abaixo transcrito: O embasamento para a segregação dos regimes encontra amparo direto nos § 3º e § 4º do Art. 9º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, que distinguem a aplicação do preço unitário para itens de imprecisão inerente (peças sob demanda) e o preço global para serviços de quantitativos previamente definíveis (manutenção preventiva). Supletivamente, tal entendimento ratifica a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme o [Acórdão nº 1977/2013](#) - Plenário:

6.2.4. "(...) **a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 43º, inciso II, da Lei 13.303/16, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras**". **(grifo nosso)**. Fonte: Acórdão 1977/2013 - PLENÁRIO - TCU. Desta forma, a parcela de fornecimento de peças e óleo diesel será executada por preço unitário, dada a impossibilidade de previsão exata dos itens a serem substituídos nas manutenções corretivas, enquanto os serviços de manutenção preventiva seguirão o regime de preço global, pela precisão do escopo, atendendo integralmente ao Art. 9º do Regulamento de Compras e Contratos da Rede HU Brasil - RCC 3.0.

7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.1. O contrato terá vigência inicial pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 05

7.2. O contrato será formalizado mediante assinatura de termo de contrato, considerando as hipóteses previstas no art. 194 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil – RCC 3.0.

8. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita a seguir, sendo que os serviços serão prestados para o Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr., localizado na Rua Visconde de Paranaguá, nº 102, Centro – Rio Grande/RS – CEP: 96200-190.

8.2. A contratação visa a prestação de serviços especializados manutenção preventiva e corretiva (com disponibilidade de 24 horas por dia), incluindo abastecimento de diesel e o fornecimento e reposição de peças, para os 03 (três) grupos geradores, conforme descrição abaixo, instalados no Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Junior (HU-Furg), devendo serem observadas as recomendações do fabricante dos equipamentos e as normas técnicas.

Tabela 2 - Descrição detalhada dos equipamentos

Item	Equipamento	Ano fabricação	Potência
GMG 01	Motor: Volvo Modelo TWD 1644GE Série: 2016187889 Gerador: WEG Modelo: AG10315MI15ZI Série: 1114747787	2025	750 kVA
GMG 02	Motor: Volvo Modelo TAD 1641GE Série: 2016076799 Gerador: WEG Modelo: GTA Série: 1024051904	2014	635 kVA
GMG 03	Motor: Volvo Modelo TAD 1641GE Série: 2016077193 Gerador: WEG Modelo: GTA Série: 1023937520	2014	635 kVA

8.3. A execução dos serviços será iniciada em, no máximo, **07 (sete) dias** após a assinatura do Termo de Contrato, na forma que segue:

8.4. Os grupos geradores deverão, a qualquer tempo, estar em plenas condições de funcionamento para atendimento das cargas críticas do HU-Furg e deverão operar normalmente durante a ausência de fornecimento de energia pela concessionária de energia local.

8.5. Os serviços deverão ser executados por técnicos especializados, com utilização de ferramentas e instrumentos recomendados pelos fabricantes dos equipamentos, sempre em observância aos manuais do fabricante e às normas da ABNT sobre o assunto.

8.6. O escopo do serviço a ser contrato se enquadra em 3 (três) vertentes, a saber:

- 8.6.1. Manutenção preventiva mensal e manutenção corretiva eventual, com disponibilidade de atendimento 24h por dia;
- 8.6.2. Substituição e reposição de peças e consumíveis;
- 8.6.3. Abastecimento eventual dos grupos geradores com disponibilidade de atendimento 24h por dia;

8.7. **Descrição do serviço de manutenção preventiva**

8.7.1. Entende-se como manutenção preventiva todas as medidas e ações programadas com o intuito de prevenir possíveis problemas de funcionamento de sistemas, equipamentos e máquinas, efetuados por inspeções sistemáticas, avaliações e análises das condições de funcionamento dos elementos e do conjunto, que proponham medidas necessárias para que se evitem falhas, a fim de garantir a perfeita integridade das instalações, equipamentos, máquinas e respectivos componentes, com procedimentos técnicos adequados para cada situação.

8.7.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser executados através de (1) uma visita mensal, de segunda a sexta-feira entre 7:30 e 11:30 e entre 13:30 e 17:30 horas. A data e o horário de trabalho para execução dos serviços de manutenção preventiva deverão ser comunicados previamente, no mínimo 15 dias de antecedência ao fiscal pela licitante vencedora, para aprovação e autorização de ingresso no prédio. Qualquer serviço a ser realizado aos sábados, domingos e feriados ou fora do referido horário dependerá de prévia e formal autorização do fiscal.

8.7.3. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados por equipe especializada, obedecendo fielmente o roteiro de atividades mínimas de manutenção preventiva nos grupos geradores a diesel indicado no ANEXO IV - ATIVIDADES MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, deste termo de referência.

8.7.4. A CONTRATADA se compromete a executar as rotinas de manutenção preventiva discriminadas e listadas no ANEXO IV - ATIVIDADES MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA em todos os geradores do HU-Furg indicados anteriormente, caso contrário, ficará passível de sanções administrativas, incluindo a retenção do seu pagamento.

8.7.5. Todos os serviços da rotina de manutenção preventiva descrito no ANEXO IV deverão ser executados dentro do período pré-estabelecido, estando a CONTRATADA passível de sanções caso não cumpra o cronograma de atividades. Tais serviços também poderão ser solicitados pela fiscalização do HU-Furg sempre que lhe for conveniente, independente do Plano de Manutenção Preventiva.

8.7.6. Após cada manutenção preventiva deve ser elaborado e encaminhado para a fiscalização do HU-Furg, no prazo de 24 horas, um relatório técnico de cada gerador contendo o checklist e fotos dos serviços realizados com apontamento de todas as intercorrências que surgirem durante a manutenção.

8.8. Descrição do serviço de manutenção corretiva

8.8.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela que compreende os ajustes e correções necessárias das instalações ou peças danificadas, advindos de desgaste, falhas ou acidentes a partir da identificação de defeitos observados durante operação ou manutenções preventivas.

8.8.2. A Contratada deverá disponibilizar equipe técnica completa (mão de obra, ferramentas e equipamentos) em regime de plantão de 24 h para vistorias técnicas, manobras e reparos corretivos programados e emergenciais nos grupos geradores de energia elétrica do HU-Furg sempre que necessário ou for solicitado pela equipe de fiscalização do HU-Furg.

8.8.3. Os serviços de manutenção corretiva serão acionados por meio da Ordem de Serviço de Manutenção via sistema informatizado. No entanto, em casos emergenciais, a Contratada poderá ser acionada a qualquer tempo e hora por outras formas: verbalmente (pessoal ou via telefone) ou meios eletrônicos (SMS, e-mail e WhatsApp). Os acionamentos por outras formas devem ser registrados posteriormente, em até 24 (vinte quatro horas), por meio da Ordem de Serviço de Manutenção.

8.8.4. A Contratada deverá disponibilizar o telefone celular, fixo e e-mail do preposto para prontidão permanente (vinte e quatro horas - sete dias por semana) para que, através de qualquer um destes meios, sejam feitas as Solicitações/Chamados de Manutenção Corretiva.

8.8.5. Para os serviços de manutenção corretiva programada - casos não emergenciais -, a Contratada poderá acordar um prazo (em dias corridos) com equipe da fiscalização do contrato para execução da atividade, o qual deverá ser utilizado para fins de aferição de desempenho da contratada.

8.8.6. O prazo máximo para efetivação de serviços corretivos não emergenciais será de 7 (sete) dias corridos, o qual poderá ser definido em prazo superior a critério da equipe de fiscalização por meio de justificativa plausível apresentada pela Contratada.

8.8.7. No caso de serviços de manutenção corretiva emergencial de qualquer natureza, a Contratada deverá, após a comunicação da Contratante, prestar atendimento em até 6 (seis) horas.

8.8.8. Entende-se como emergencial, defeitos nos grupos geradores que comprometam (ou possuam potencial para comprometer) o fornecimento de energia ao Hospital.

8.8.9. A Contratada compromete-se a atender prontamente todos os chamados de manutenção corretiva de forma IMEDIATA a fim de não comprometer o funcionamento da unidade hospitalar.

8.8.10. A Contratada deverá fornecer à Equipe de Fiscalização de Contrato a listagem atualizada da equipe de técnicos que atenderão o HU em finais de semana, feriados e períodos noturnos nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial ou que tenha potencial para se tornar emergencial.

8.8.11. Os serviços que compreendem a manutenção corretiva, e que a Contratada deve estar apta a realizar sem ônus a Contratante, estão descritos de forma exemplificativa no ANEXO V - SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA.

8.8.12. A Contratada deve dispor de qualquer tipo de profissional, equipamento, oficina externa ou ferramental necessário para o reestabelecimento das condições de funcionamento dos equipamentos mantidos.

8.9. Descrição do serviço de reposição de peças e sobressalentes

8.9.1. Para realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, a contratada deve fornecer, sem ônus a contratante, peças e sobressalentes elencados no ANEXO VI - LISTA DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO E INSUMOS CONSUMÍVEIS.

8.9.2. Se for detectada a necessidade de substituição de peça e insumos que não estão listados no ANEXO VI, a Contratada deverá indicar a marca e modelo e apresentar orçamento destes itens no prazo máximo de 03 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Contratante. A aprovação do orçamento apresentado pela Contratada ficará condicionado a realização de pesquisa de preços pela Equipe de Gestão Contratual, observando os parâmetros descritos no art. 128 do RCC 3.0, e, sucessivamente, mediante a apresentação de 03 (três) orçamentos distintos por fornecedores, ou justificativa para a obtenção de apenas um ou dois orçamentos, ou, ainda, Carta de Exclusividade, quando se tratar de fornecedor exclusivo.

8.9.2.1. A contratada deverá apresentar nota fiscal após aquisição do produto.

8.9.3. A substituição de peças e insumos dar-se-á mediante aprovação do orçamento pelo fiscal da unidade hospitalar.

8.9.4. A substituição dos insumos deverá ser efetuada de acordo com os recomendados pelo fabricante e por normas técnicas vigentes.

8.9.5. A substituição das peças deverá ser efetuada com peças não reconcondicionadas, recomendadas pelo fabricante e por normas técnicas vigentes, podendo ser de qualquer marca, desde que atendam as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais.

8.10. **Descrição do serviço de abastecimento de Diesel dos grupos geradores**

8.10.1. A contratada será a responsável por requisitar junto a distribuidora de combustível o abastecimento, bem como emissão de nota para que seja feito ressarcimento.

8.10.2. A entrega do produto deverá ser efetuada diretamente no tanque de combustível externo, no pátio do Hospital Universitário da FURG, onde o acesso se dará pela Rua General Osório, s/ nº (situado ao lado da Área Acadêmica) - Bairro: Centro - CEP: 96200- 400 - Rio Grande/RS, Telefone: (53) 3233-8857;

8.10.3. O tanque externo tem capacidade de 6.000L e é responsável por armazenar diesel para os três grupos geradores do HU-Furg.

8.10.4. O óleo diesel utilizado para abastecimento deverá ser do tipo S500, devendo ser novo, de primeiro uso, de qualidade e adequado para o equipamento de acordo com as recomendações do fabricante.

8.10.5. O mal funcionamento ou defeito dos geradores em decorrência do fornecimento de óleo diesel de baixa qualidade será de responsabilidade da Contratada.

8.10.6. O combustível utilizado no abastecimento será pago pelo CONTRATANTE, conforme a utilização, de acordo com quantidade abastecida, mediante a apresentação de nota fiscal informando o valor unitário do litro de combustível e quantidade utilizada.

8.10.7. O valor máximo unitário por litro a ser pago será o valor médio de preços levantados pela ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no LPC - Levantamento de Preços de Combustíveis, para o Município de Pelotas - RS ou Rio Grande - RS relativo ao combustível utilizado, referente a última semana do mês anterior ao abastecimento, disponível no site da ANP (www.gov.br/anp).

8.10.8. A contratada deve arcar com os custos de transporte, manuseio e abastecimento do combustível no local supracitado.

8.10.9. Em casos eletivos ou controlados, a entrega do combustível poderá ocorrer mensalmente durante as manutenções preventivas.

8.10.10. A rotina de abastecimento deve ser efetuada para que em hipótese alguma o tanque de combustível fique com volume inferior a 75% da sua capacidade.

8.10.11. Sempre que a solicitação for caracterizada pela Contratante como emergencial, em razão criticidade operacional do ambiente hospitalar, o abastecimento deverá ser efetivado pela Contratada, independente do dia e da hora, no prazo máximo de 4 (quatro) horas.

A Contratada deverá disponibilizar equipe técnica completa em regime de plantão de 24 horas para efetuar abastecimento de combustível sempre que necessário ou for solicitado pela equipe de fiscalização do HU-Furg.

8.10.12. Contratada poderá ser acionada a qualquer tempo e hora pelas seguintes formas: abertura de OS (Ordem de Serviço) via sistema, verbalmente (pessoal ou via telefone) ou meios eletrônicos (SMS, e-mail e WhatsApp). Os acionamentos que não sejam por OS devem ser registrados posteriormente, em até 24 (vinte quatro horas), por meio da Ordem de Serviço de Manutenção.

8.10.13. A Contratada deverá disponibilizar o telefone celular, fixo e e-mail do preposto para prontidão permanente (vinte e quatro horas - sete dias por semana) para que, através de qualquer um destes meios, sejam feitas as Solicitações/Chamados de abastecimento.

8.10.14. A taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) para o serviço de abastecimento de combustível, encontra-se discriminada nos anexos deste Termo de Referência. E teve como referência o acórdão nº 2622/2013-TCU-Plenário.

8.11. Considerando-se de que se trata de serviços sem alocação de mão de obra com dedicação exclusiva e, por se tratar de serviços comuns para empresas que atuam no ramo, não haverá necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

9. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

9.1.1. Detalhamento do Serviço:

Tabela 3 - Descrição detalhada dos Serviços

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor Total
	Contratação de				
Termo de Referência - SEI TR - PÓS CONJUR (61030890) SEI 23764.024570/2025-15 / pg. 10					

1	Serviços de Manutenção corretiva e preventiva de 03 (três) grupos geradores de energia elétrica a diesel com fornecimento de materiais, peças de reposição e abastecimento de diesel S500	Meses	12	R\$ -,00*	R\$ -,00*
---	---	-------	----	-----------	-----------

9.1.2. A empresa deverá detalhar o valor mensal cobrado de acordo com a tabela abaixo, a fim de possibilitar o ajuste do pagamento conforme os serviços/atividades efetivamente executados:

Tabela 4 - Descrição da Composição de Custos

Composição do custo da contratação						
Id	Atividade	Unidade	Quantidade	Valor unitário (R\$)	BDI	Valor total (R\$)
1	Manutenção corretiva e preventiva de grupos geradores de energia elétrica a diesel com disponibilização de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia/7(sete) dias por semana, com fornecimento de materiais e peças de reposição listados no Anexo VI	Meses	12	R\$ -,00 *	-	R\$ -,00 *
2	Fornecimento e reposição de peças e insumos não previstos no ANEXO VI (valor provisionado)	Anual	1	R\$ 2.231,26	-	R\$ 2.231,26
3	Fornecimento de óleo Diesel S500 (valor provisionado)	Anual	1	R\$ 94.251,78	15,82%**	R\$ 109.162,41
Valor total:						R\$ -,00 *

* Valor sigiloso nos termos do art. 30 do Regulamento de Compras e Contratos da Rede HU Brasil - RCC 3.0.

** Valor estimativo. A Licitante deverá demonstrar a composição do seu BDI no momento da apresentação da sua proposta.

9.1.3. A licitante deverá considerar em sua proposta:

- o valor mínimo anual de **R\$ 2.231,26 (dois mil duzentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos)** referente ao fornecimento de peças; e
- o valor mínimo anual de **R\$ 94.251,78 (noventa e quatro mil duzentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos)** referente ao fornecimento de óleo diesel.

9.1.4. A licitante deverá acrescentar a estes valores o preço que irá ofertar para execução dos serviços da atividade 1 e a composição de BDI, conforme detalhamento de composição do custo da contratação constante na tabela acima.

9.1.5. A oferta de lances deverá considerar **apenas o valor da parcela referente ao serviço de manutenção (atividade 1)**, mantendo fixo, em sua proposta, os valores para peças e óleo diesel (a parcela provisionada).

9.1.5.1. A licitante poderá oferecer percentual de BDI inferior ao estipulado na tabela acima, como forma de apresentar proposta mais vantajosa.

9.1.5.2. No caso de utilizar um BDI diverso ao indicado em cima do custo do fornecimento de combustível, a Licitante deverá comprovar tal fato com a decomposição desta parcela.

10.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente prestados, até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de acordo com as exigências administrativa em vigor.

11.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.2.1. não produziu os resultados acordados;

11.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

11.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.2.4. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal com o valor exato dimensionado.

11.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.4.1. o prazo de validade;

11.4.2. a data da emissão;

11.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante (entre eles: nome do objeto, nº do contrato e nº do empenho);

11.4.4. o período de prestação dos serviços;

11.4.5. o valor a pagar;

11.4.6. os dados bancários para pagamento; e

11.4.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis (as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal).

11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade (Cadastro Informativo de crédito não quitados do setor público federal - CADIN; Cadastro Nacional de Condenações cíveis por ato de improbidade administrativa; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; Certidão negativa de Inidôneos - TCU) para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela

rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

11.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. A HU Brasil não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.15. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

11.16. **Instrumento de Medição de Resultados - IMR:**

11.16.1. Durante a verificação da conformidade na execução do serviço, deverá ser aplicado o Instrumento de Medição de Resultados - IMR definido neste tópico.

11.16.2. O controle de medição de avaliação de qualidade dos serviços representará 10% (dez por cento) do valor total mensal contratado. Desta forma, 90% (noventa por cento) do valor total mensal contratado será pago referente ao serviço efetivamente prestado. Será acordado que as falhas de qualidade vão gerar descontos, após serem registradas as ocorrências.

11.16.3. Cada ocorrência deverá ser registrada pelo servidor fiscal, no qual deverão ser preenchidas todas as informações no documento com a respectiva identificação do item ou itens em que foram verificadas as ocorrências (Tabela 2). Todos os tipos de ocorrências referem-se às obrigações descritas neste Termo de Referência.

11.16.4. No final de cada período de avaliação, a Contratante, por meio do fiscal, elaborará um relatório final, descrevendo o total de ocorrências havidas durante o período. A avaliação será mensal e o relatório deve ser entregue pelos fiscais antes da emissão da nota.

Tabela 4 - Modelo para formulário de registro de ocorrências.

Item avaliado	Unidade	Total de Ocorrências	Peso	Total de pontos
Não apresentar os relatórios de manutenção preventiva ao final de cada mês	Por ocorrência e por dia		2	
Atraso nos atendimentos aos chamados de manutenção corretiva	Por ocorrência e por dia		12	
Não apresentar os relatórios de manutenção corretiva no prazo	Por ocorrência e por dia		3	
Aplicação de peças não originais ou não compatíveis com as recomendações dos fabricantes de cada equipamento	Por peça		7	
Execução dos serviços em desacordo com	Por ocorrência			

o plano de manutenção estipulado	e por dia		2	
Atraso nos atendimentos aos chamados de abastecimento do tanque de diesel	Por ocorrência e por dia		7	
Recusar-se a executar determinação e notificação da fiscalização, sem motivo justificado.	Por ocorrência		3	
Não atendimento a qualquer obrigação expressa neste documento, não especificada nesta tabela	Por item		2	

Tabela 5 - Desconto percentual da nota fiscal

Faixa de pontos	Desconto percentual sobre a nota fiscal
Até 2,99 pontos	2%
De 3 a 6,99 pontos	3,5%
De 7 a 15,99 pontos	5%
De 16 a 26,99 pontos	6,5%
De 27 a 37,99 pontos	8%
De 38 a 48,99 pontos	9,5%
A partir 49 pontos	10%

11.16.5. Cada descumprimento de contrato relacionado ao não atingimento das metas previstas nos indicadores descritos a seguir, é considerado uma ocorrência. Após o somatório das ocorrências mensais, com seus respectivos pesos, será feita a correlação com os percentuais de desconto para emissão da nota fiscal.

11.16.6. A cada avaliação, o preposto da CONTRATADA deverá analisar os motivos que ensejarem descontos em virtude dos resultados da avaliação qualitativa realizada com a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, bem como adotar medidas para readequação das rotinas de prestação dos serviços e superação das inconformidades que sobrevierem.

11.16.7. Com relação à fiscalização:

11.16.7.1. Ocorrências: falhas de qualidade que caracterizem descumprimentos do contrato ou que gerem prejuízos à contratante serão apontadas através de ocorrências registradas pelos fiscais em formulário padrão da Contratante, que em caso de danos ou de não regularização, serão objeto de penalidade.

11.16.7.2. Avaliação mensal contratual: mensalmente, os fiscais de contrato realizarão relatório qualitativo relativo aos serviços prestados, conforme formulário padrão da Contratante para avaliação gerencial e acompanhamento, os quais serão levados em consideração para fins de avaliação quanto à renovação contratual e ações gerenciais visando a melhoria da qualidade dos serviços.

11.16.8. A prestação do serviço pela Contratada será avaliado por meio dos indicadores indicados abaixo.

11.16.9. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

Tabela 6 - Instrumento de Medição de Resultados - IMR

INDICADOR Nº 01 - NÃO APRESENTAR OS RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA AO FINAL DE CADA MÊS	
Item	Descrição

Finalidade	Garantir execução de manutenção preventiva do mês
Meta a cumprir	Entregar relatório de manutenção preventiva no final do mês após realização do serviço
Instrumento de medição	E-mail, SEI e relatório de manutenção
Forma de acompanhamento	E-mail, SEI e relatório de manutenção
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Total de pontos = [Quantidade de ocorrências por mês + quantidade de dias de atraso] x 2 (peso)
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 2,99 pontos : desconto de 2% do valor mensal do contrato De 3 a 6,99 pontos: desconto de 3,5% do valor mensal do contrato De 7 a 15,99 pontos: desconto de 5% do valor mensal do contrato De 16 a 26,99 pontos: desconto de 6,5% do valor mensal do contrato De 27 a 37,99 pontos: desconto de 8% do valor mensal do contrato De 38 a 48,99 pontos: desconto de 9,5% do valor mensal do contrato A partir de 49 pontos: desconto de 10% do valor mensal do contrato
Sanções	3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual Acima de 3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + rescisão contratual
Observações	Eventuais atrasos justificativos pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento.
INDICADOR Nº 02 - ATRASO NOS ATENDIMENTOS AOS CHAMADOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento dos chamados de manutenção corretiva dentro do prazo
Meta a cumprir	Realizar atendimento aos chamados de manutenção corretiva no prazo de 6 horas
Instrumento de medição	Relógio, relatório, sistema de abertura de OS
Forma de acompanhamento	Presencial, relatório de manutenção
Periodicidade	Mensal por demanda
Mecanismo de Cálculo	Total de pontos = [Quantidade de ocorrências por mês + quantidade de horas de atraso] x 12 (peso)
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	De 7 a 15,99 pontos: desconto de 5% do valor mensal do contrato De 16 a 26,99 pontos: desconto de 6,5% do valor mensal do contrato De 27 a 37,99 pontos: desconto de 8% do valor mensal do contrato De 38 a 48,99 pontos: desconto de 9,5% do valor mensal do contrato A partir de 49 pontos: desconto de 10% do valor mensal do contrato

Sanções	XX + abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual Acima de 2 ocorrências durante o ano: Multa de XX + rescisão contratual
Observações	Eventuais atrasos justificativos pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento.

INDICADOR Nº 03 - NÃO APRESENTAR OS RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO PRAZO

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento dos chamados de manutenção corretiva dentro do prazo
Meta a cumprir	Entregar relatório de manutenção corretiva até 24h após realização do serviço
Instrumento de medição	Relógio, relatório, sistema de abertura de OS
Forma de acompanhamento	Relatório de manutenção, sistema de abertura de OS
Periodicidade	Mensal por demanda
Mecanismo de Cálculo	Total de pontos = [Quantidade de ocorrências por mês + quantidade de dias de atraso] x 3 (peso)
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	De 3 a 6,99 pontos: desconto de 3,5% do valor mensal do contrato De 7 a 15,99 pontos: desconto de 5% do valor mensal do contrato De 16 a 26,99 pontos: desconto de 6,5% do valor mensal do contrato De 27 a 37,99 pontos: desconto de 8% do valor mensal do contrato De 38 a 48,99 pontos: desconto de 9,5% do valor mensal do contrato A partir de 49 pontos: desconto de 10% do valor mensal do contrato
Sanções	3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual Acima de 3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + rescisão contratual
Observações	Eventuais atrasos justificativos pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento.

INDICADOR Nº 04 - APLICAÇÃO DE PEÇAS NÃO ORIGINAIS OU NÃO COMPATÍVEIS COM AS RECOMENDAÇÕES DOS FABRICANTES DE CADA EQUIPAMENTO

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a utilização de peças originais e compatíveis com recomendações do fabricante para o bom funcionamento dos geradores
Meta a cumprir	Utilizar peças originais, compatíveis e recomendadas pelos fabricante dos equipamentos
Instrumento de medição	Presencial, e-mail, SEI e relatório de manutenção
Forma de acompanhamento	In loco
Periodicidade	Mensal por demanda
Mecanismo de	Total de pontos = [Quantidade de peças

Cálculo	por mês] x 7 (peso)
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	De 7 a 15,99 pontos: desconto de 5% do valor mensal do contrato De 16 a 26,99 pontos: desconto de 6,5% do valor mensal do contrato De 27 a 37,99 pontos: desconto de 8% do valor mensal do contrato De 38 a 48,99 pontos: desconto de 9,5% do valor mensal do contrato A partir de 49 pontos: desconto de 10% do valor mensal do contrato
Sanções	3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual Acima de 3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + rescisão contratual
Observações	Não serão aceitas justificativas declaradas pela empresa contratada e serão contabilizados no IMR, ou seja, serão objeto de ajuste no pagamento.

INDICADOR Nº 05 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM DESACORDO COM O PLANO DE MANUTENÇÃO ESTIPULADO

Item	Descrição
Finalidade	Garantir a execução do plano de manutenção
Meta a cumprir	Executar fielmente o plano de manutenção estabelecido
Instrumento de medição	Presencial e relatório de manutenção
Forma de acompanhamento	Presencial e relatório de manutenção
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Total de pontos = [Quantidade de ocorrências + quantidade de itens em desacordo] x 2 (peso)
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 2,99 pontos : desconto de 2% do valor mensal do contrato De 3 a 6,99 pontos: desconto de 3,5% do valor mensal do contrato De 7 a 15,99 pontos: desconto de 5% do valor mensal do contrato De 16 a 26,99 pontos: desconto de 6,5% do valor mensal do contrato De 27 a 37,99 pontos: desconto de 8% do valor mensal do contrato De 38 a 48,99 pontos: desconto de 9,5% do valor mensal do contrato A partir de 49 pontos: desconto de 10% do valor mensal do contrato
Sanções	3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual Acima de 3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + rescisão contratual
Observações	Eventuais justificativas declaradas pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento.

INDICADOR Nº 06 - ATRASO NOS ATENDIMENTOS AOS CHAMADOS DE ABASTECIMENTOS DO TANQUE DE DIESEL

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento aos chamados de abastecimento do tanque de diesel no

	prazo
Meta a cumprir	Executar abastecimento em até 4 horas após a solicitação
Instrumento de medição	Presencial e relatório de manutenção
Forma de acompanhamento	Presencial e relatório de manutenção
Periodicidade	Mensal por demanda
Mecanismo de Cálculo	Total de pontos = [Quantidade de ocorrências + quantidade de horas de atraso] x 7 (peso)
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	De 7 a 15,99 pontos: desconto de 5% do valor mensal do contrato De 16 a 26,99 pontos: desconto de 6,5% do valor mensal do contrato De 27 a 37,99 pontos: desconto de 8% do valor mensal do contrato De 38 a 48,99 pontos: desconto de 9,5% do valor mensal do contrato A partir de 49 pontos: desconto de 10% do valor mensal do contrato
Sanções	2 ocorrências durante o ano: Multa de XX + abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual Acima de 2 ocorrências durante o ano: Multa de XX + rescisão contratual
Observações	Eventuais atrasos justificativos pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento.
INDICADOR Nº 07 - RECUSAR-SE A EXECUTAR DETERMINAÇÃO E NOTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO, SEM MOTIVO JUSTIFICADO	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir execução contratual conforme termo de referência e obrigações estipuladas
Meta a cumprir	Atender e responder as notificações e determinações da fiscalização dentro do prazo estabelecido
Instrumento de medição	E-mail e SEI
Forma de acompanhamento	Presencial, E-mail e SEI
Periodicidade	Mensal por demanda
Mecanismo de Cálculo	Total de pontos = [Quantidade de ocorrências] x 3 (peso)
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	De 3 a 6,99 pontos: desconto de 3,5% do valor mensal do contrato De 7 a 15,99 pontos: desconto de 5% do valor mensal do contrato De 16 a 26,99 pontos: desconto de 6,5% do valor mensal do contrato De 27 a 37,99 pontos: desconto de 8% do valor mensal do contrato De 38 a 48,99 pontos: desconto de 9,5% do valor mensal do contrato A partir de 49 pontos: desconto de 10% do valor mensal do contrato
Sanções	3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual

	Acima de 3 ocorrências durante o ano: Multa de XX + rescisão contratual
Observações	Eventuais atrasos justificativos pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento.
INDICADOR Nº 08 - NÃO ATENDIMENTO A QUALQUER OBRIGAÇÃO EXPRESSA NESTE DOCUMENTO, NÃO ESPECIFICADA NA TABELA 2	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir execução contratual conforme termo de referência e obrigações estipuladas
Meta a cumprir	Atender as obrigações expressas neste documento
Instrumento de medição	E-mail e SEI
Forma de acompanhamento	Presencial, E-mail e SEI
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Total de pontos = [Quantidade de itens] x 2 (peso)
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 2,99 pontos : desconto de 2% do valor mensal do contrato De 3 a 6,99 pontos: desconto de 3,5% do valor mensal do contrato De 7 a 15,99 pontos: desconto de 5% do valor mensal do contrato De 16 a 26,99 pontos: desconto de 6,5% do valor mensal do contrato De 27 a 37,99 pontos: desconto de 8% do valor mensal do contrato De 38 a 48,99 pontos: desconto de 9,5% do valor mensal do contrato A partir de 49 pontos: desconto de 10% do valor mensal do contrato
Sanções	3 ocorrências ou 10 itens durante o ano: Multa de XX + abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual Acima de 3 ocorrências ou 10 itens durante o ano: Multa de XX + rescisão contratual
Observações	Eventuais atrasos justificativos pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento.

11.16.10. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
- não configure descaracterização do objeto contratado.

12. REQUISITOS QUANTO À SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

12.1. Os Requisitos de Saúde e Segurança do Trabalho são:

12.1.1. Caberá à CONTRATADA total responsabilidade no cumprimento dos Requisitos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, devendo, quando aplicável, atender aos Requisitos Legais e Normas Técnicas relacionadas à espécie do serviço prestado. Fica a CONTRATADA obrigada a atender as exigências da USOST do HU-Furg, dos seguintes requisitos:

12.1.1.1. Constituição Federal em seus aspectos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional;
Termo de Referência - SEI TR - POS CONJUR (61030890) SEI 23764.024570/2025-15 / pg. 19

- 12.1.1.2. Leis, Decretos, Portarias, Instruções Normativas e Resoluções no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- 12.1.1.3. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº3.214 de 08.06.1978);
- 12.1.1.4. Políticas, Procedimentos e Normas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, da CONTRATANTE, quando aplicáveis;
- 12.1.1.5. NÃO SERÃO ACEITAS ALEGAÇÕES DE DESCONHECIMENTO POR PARTE DA CONTRATADA DAS LEIS, NORMAS, REGULAMENTOS E PROCEDIMENTOS DE SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA, VIGENTES E PERTINENTES AO CONTRATO.

12.1.2. A Contratada deverá apresentar à USOST, a documentação referente à Saúde e Segurança do Trabalho, conforme requisitos estabelecidos no POP.DGP.055 - Saúde e Segurança no Trabalho para Empresas Prestadoras de Serviço de Mão de Obra (Anexo XI - SEI 59527491), devendo a CONTRATADA atender na íntegra as exigências de documentação e prazos estabelecidos no referido procedimento. Adicionalmente, deverão ser apresentados, no prazo de 07 (sete) dias antes da contratação:

- 12.1.2.1. Ordem de serviço dos colaboradores conforme NR-01;
- 12.1.2.2. Termo de Aceitação das exigências (conforme Anexo I - SEI 59525818);
- 12.1.2.3. Ficha de registro de todos os empregados envolvidos na atividade;

12.1.3. No prazo de (20) vinte dias antes do início da prestação dos serviços, para análise da documentação e caso necessário a correção antes do início das atividades:

12.1.4. A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar para fiscalização da USOST:

12.1.4.1. Todos os documentos de SST inseridos neste TR que tenham relação com o cargo.

12.1.5. Sempre que novos funcionários forem inseridos ou substituídos, a contratada deve enviar à USOST a ficha de registro, o ASO, a ficha de entrega de EPI e a capacitação dos mesmos.

12.2. No caso da inviabilidade de atendimento de algum prazo, seja por motivo superveniente, seja por inadequação do exigido ao modelo de execução, a Contratada deverá formalizar a razão para tal fato junto à Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho do HU-Furg e à Equipe de Gestão e Fiscalização Contratual, para que seja alinhado um novo prazo e forma de avaliação.

13. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

13.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, através do Portal de Compras do Governo Federal, conforme art. 6º, inc. IV do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

14.1. Critério de julgamento:

14.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

14.2. Modo de disputa:

14.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado".

14.3. Intervalo entre lances:

14.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 100,00 (cem reais).

14.3.2. Ressalta-se que o valor do lance não poderá incidir sobre os valores aprovacionados. Logo, a Licitante deverá dimensionar a sua proposta para que os descontos sejam ofertados sobre o valor da Atividade 1 da Tabela contida no item 9.1.2.

14.4. Condições de participação:

14.4.1. As condições de participação são aquelas definidas no instrumento convocatório.

14.5. Da proposta

14.6. Na planilha da proposta deverá ser apresentados valores com BDI e sem BDI, conforme modelo sugestivo do Anexo VII (58978924).

14.7. Sobre os valores das despesa diretas deverão incidir o BDI (Bonificação de Despesas Indiretas), que deverá

ser discriminado na proposta, conforme modelo orientativo do Anexo VIII (58978935) deste Termo de Referência.

14.8. O preço deverá prever todos os custos e despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços do objeto deste Termo de Referência, inclusive os custos relacionados ao abastecimento de combustível.

14.9. A proposta de preço a ser apresentada pelos licitantes deve estar acompanhada dos documentos a seguir relacionados:

14.9.1. Orçamento Sintético;

14.9.2. Orçamento analítico, que atenda aos requisitos usuais para serviços de engenharia;

14.9.3. Composição das taxas de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, inclusive o diferenciado;

14.10. As planilhas de orçamento propostas pelas licitantes deverão ser entregues tanto por escrito quanto em arquivo eletrônico Microsoft Excel editável.

14.11. **Condições de habilitação:**

14.11.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no instrumento convocatório, em estrita observância ao disposto no Art. 65, incisos I e II, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

14.11.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

14.11.3. **Habilitação - Qualificação Técnica:**

14.11.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

14.11.3.2. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, que demonstre que licitante, por meio de um responsável técnico habilitado no CREA, tenha executado obra ou serviços relativos a fiscalização, coordenação, supervisão e execução de manutenção corretiva e preventiva em grupos geradores a diesel com potência nominal mínima de 315 kVA. Deverá ser apresentada a ART relacionada a cada atestado apresentado, ficando dispensado, caso seja apresentado CAT - Certidão de Acervo Técnico.

14.11.3.3. A licitante deverá comprovar que tenha executado serviço de natureza continuada do tipo "contrato de manutenção corretiva e preventiva de grupos geradores" por período não inferior a 3 (três) anos;

14.11.3.3.1. A exigência de atestados e experiência mínima de 3 anos visa a garantia de qualidade e segurança do serviço a ser prestado. Além disso, a medida promove transparência, economia de recursos públicos e estabilidade contratual, assegurando a eficácia do serviço e minimização de riscos para a continuidade operacional e para Administração pública.

14.11.3.3.2. Tal prazo foi estabelecido para garantir a experiência da contratada em manutenções deste tipo de equipamento e, em especial, no cumprimento dos prazos de atendimento de chamados de manutenções corretivas em um lapso temporal considerável, vista a essencialidade do funcionamento ininterrupto dos equipamentos, o risco envolvido na operação, e a complexidade dos sistemas descritos nesta contratação, pois se tratam de sistemas de geração de emergência em Estabelecimento Assistencial de Saúde, onde uma falha no sistema de abastecimento de energia, quer seja o regular, fornecido pela concessionária ou o sistema de emergência acarretará em perdas de vidas humanas.

14.11.3.4. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos prevista, será aceito o somatório de contratos/atestados, desde que não sejam em períodos concomitantes.

14.11.3.5. Somente serão aceitos contratos/atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

14.11.3.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

14.11.4. Declaração de que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições necessárias para a prestação do serviço e cumprimento das obrigações, como requisito para celebração do contrato.

14.11.5. Atestado de Vistoria ou Declaração de Responsabilidade em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

14.11.6. **Habilitação técnico-profissional:**

14.11.7. Declaração, contendo nome, CPF, registro profissional, do(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços, registrado (s) pelo CREA, com graduação em Engenharia Elétrica ou Engenharia Mecânica, com experiência comprovada em atividades relacionadas ao objeto desta contratação.

14.11.7.1. Os responsáveis técnicos designados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente

registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

14.11.7.2. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

14.11.8. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica-profissional, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) expedida(s) pelo CREA, que comprove(m) que o(s) profissional(is) tenha(m) executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria Licitante (CNPJ diferente), serviços relativos a fiscalização, coordenação, supervisão e execução de manutenção corretiva e preventiva em grupos geradores a diesel com potência nominal mínima de 315 kVA.

14.11.9. **Requisitos gerais**

14.11.9.1. Os atestados apresentados para comprovação técnico-operacional e técnico-profissional, serão analisados de forma INDIVIDUAL, não se efetuando a soma das potências de mais de um gerador em mais de um serviço, isto porque, diferentemente de contratos para mero fornecimento de material ou outros tipos de serviços, a complexidade do serviço deste Objeto está diretamente relacionada à potência dos Grupos-geradores, exigindo-se maior expertise da Contratada, não sendo, portanto, equivalente à soma de trabalhos executados em Grupos-geradores de menor potência;

14.11.9.2. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), ARTs, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

15. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

15.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, devendo apresentar Atestado de Vistoria, assinado por servidor responsável.

15.1.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

15.2. A visita será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo(s) telefone (53) 3233-8857 - Setor de Infraestrutura Física, no mesmo horário indicado anteriormente. O agendamento também poderá ser solicitado pelo e-mail sif.hu-furg@hubrasil.gov.br.

15.2.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes para os eventuais interessados.

15.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

15.3.1. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

15.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS**

16.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art.30 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0.

17. **GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**

17.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

17.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse

último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 185, § 6º do RCC 3.0.

17.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, prorrogável por igual período a critério da contratante.

17.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, da seguinte forma.

17.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

17.3.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

17.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

17.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

17.3.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro, fiança bancária ou títulos de capitalização.

17.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP n.º 656/2022).

17.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

17.7.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.7.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela HU Brasil à CONTRATADA; e

17.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

17.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da HU Brasil, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela HU Brasil.

17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

17.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.11.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

17.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/2022.

17.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

17.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

17.12.2. A HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

17.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da HU Brasil e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

17.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

17.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

17.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

18.2. Em consonância com o art. 6º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0. as seguintes diretrizes devem ser observadas:

*art. 6º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela HU Brasil:
(...)*

II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

18.3. De acordo com o art. 7º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

Art. 7º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:
I - destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, com prioridade para a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento;
II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela HU Brasil;
VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.
Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

18.4. Além disso, devem ser adotados os atos de logística sustentável e os princípios de governança das aquisições previstos no Capítulo IV do Título V nos artigos 256 a 261 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, observando-se as seguintes diretrizes:

Princípios ESG e Política Ambiental (Art. 256): Estabelece que as contratações devem observar a sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança corporativa de forma transversal.
Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS (Art. 257): Define o PLS como ferramenta de planejamento e a criação da Comissão Gestora para elaborar, monitorar e revisar o plano.
Conteúdo Mínimo do PLS (Art. 258): Exige a atualização do inventário de bens e a identificação de similares de menor impacto ambiental.
Temas de Práticas Sustentáveis (Art. 259): Lista os temas obrigatórios, como consumo de papel, energia elétrica, água, esgoto, coleta seletiva e compras sustentáveis (incluindo obras e serviços de limpeza, nutrição e TI).
Formalização e Planos de Ação (Art. 260): Determina que o PLS deve conter cronogramas, metas anuais e previsão de recursos.
Boas Práticas (Art. 261): Deverão ser observadas boas práticas para a elaboração e gestão do PLS, além das regras estabelecidas nos normativos e legislação vigentes.

18.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

18.6. Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII - preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

18.7. Vejam-se, ainda, as previsões do Decreto nº 7.746/2012:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

18.8. A contratada deverá observar durante a execução contratual, quando couber, práticas relacionadas à sustentabilidade social relacionados à concretização de direitos sociais, tais como a garantia de direitos trabalhistas, a redução de desigualdades e fomento ao desenvolvimento regional e nacional.

18.9. Não foram identificados demais critérios ou práticas de sustentabilidade específicos aplicáveis ao objeto, conforme consulta realizada ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e seu Painel, porém não exime a Contratada de adotar as práticas porventura aplicáveis legalmente ao objeto contratado.

18.10. Os serviços de engenharia a serem executados não necessitam de licenciamento ambiental prévio.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26443/155908
Fonte de Recursos: 1001A004QX
Programa de Trabalho: 234204
Elemento de Despesa: 339039.17
Plano Interno: UDM60000000

19.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

20.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto licitatório, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

20.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação abaixo discriminada:

a) Realização de manutenções preventivas periódicas, atendimento aos chamados de manutenções corretiva eventual, e substituição de peças e consumíveis.

20.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

a) Abastecimento eventual dos grupos geradores;

b) Realização de serviços corretivos com grau de especificidade elevado, desde que aprovados pela equipe de fiscalização.

20.2. A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação, pela CONTRATANTE, das exigências constantes do contrato, do edital e de seus anexos, em relação à documentação exigida dos subcontratados. A CONTRATANTE analisará, caso a caso, as empresas e profissionais indicados pela CONTRATADA para executar serviços mediante subcontratação e manifestar-se-á, por escrito, quanto à possibilidade de aprovação de tais subcontratações. Eventuais recusas serão devidamente justificadas pela CONTRATANTE;

20.3. Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo, ou de forma incorreta, da documentação dos subcontratados pela CONTRATADA, que acarretem prejuízos ao prazo de execução do objeto, será de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a penalidade aplicável, nos termos do contrato;

20.4. Durante o período da subcontratação, a(s) subcontratada(s) deverá(ão) manter vigentes as condições iniciais de regularidade técnica, fiscal e jurídica;

20.5. A substituição pela CONTRATADA do(s) eventual(ais) subcontratado(s), já anteriormente aprovado(s) e autorizado(s), dependerá da prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo o(s) substituto(s) apresentarem as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas no Edital e seus anexos;

20.6. A CONTRATADA deverá incluir, em todos os contratos que vier a celebrar com os subcontratados, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa;

20.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

20.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão.

20.9. É vedada a subcontratação de empresa que se enquadre nos impedimentos do art. 182, § 2º, do RCC 3.0.

20.10. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio para aumentar a competitividade e possibilitar que empresas que isoladamente não teriam condições de disputar, possam participar do processo licitatório.

20.11. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

20.11.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

20.11.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a HU Brasil;

20.11.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

20.11.4. impedimento, na mesma licitação, de participação de empresa consorciada, isoladamente ou por meio de mais de um consórcio;

20.11.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;

20.11.6. habilitação técnica, quando exigida, por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, por meio do somatório dos valores de cada consorciado;

20.11.6.1. se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

20.11.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;

20.11.8. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela HU Brasil e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

21. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

22. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

22.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

22.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

22.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

22.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

22.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

22.6. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 (trinta) dias.

22.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

22.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

22.7.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

22.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em

havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

22.9. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

22.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

22.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

22.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

22.13. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

22.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

22.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

22.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

22.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

22.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

22.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

22.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá a empresa ser comunicada para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

22.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

22.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

23. ANEXOS

23.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

23.1.1. Anexo I - Termo de Aceitação das Exigências (SEI nº 59525818)

23.1.2. Anexo II - Termo de Vistoria (SEI nº 58966707)

23.1.3. Anexo III - Declaração de Responsabilidade (SEI nº 58966722)

23.1.4. Anexo IV - Atividades Mínimas de Manutenção Preventivas (SEI nº 62172227)

23.1.5. Anexo V - Serviços Eventuais de Manutenção Corretiva (SEI nº 58966751)

23.1.6. Anexo VI - Lista de Peças de Reposição e Insumos Consumíveis (SEI nº 58966764)

23.1.7. Anexo VII - Composição do BDI (SEI nº 58978924)

23.1.8. Anexo VIII - Planilha de Serviços (SEI nº 58978935)

23.1.9. Anexo IX - Estudo Preliminar (SEI nº 57818167)

23.1.10. Anexo X - Matriz de Risco (SEI nº 59486424)

24. **ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

24.1. Segue para aprovação da Gerência Administrativa.

Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

Vitor Wawrick

Chefe do Setor de Infraestrutura Física

GAD/DLIH/SIF

Coordenador da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

Elielton Chaves Frazão

Engenheiro Eletricista

GAD/DLIH/SIF

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

Marcel Dias Da Silva

Engenheiro Mecânico

GAD/DLIH/SIF

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

Michel Anderson Valadão Troca

Analista Administrativo - Administração

GAD/DAF/SAD/UCL

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Designação da Equipe: Portaria-SEI 126 (57815877), publicada no Boletim nº 560 de 09 de Fevereiro de 2026.

24.2. De acordo.

24.3. A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da Instituição.

24.4. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

(assinado eletronicamente)

Tomás Dalcin

Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDERSON VALADAO TROCA, Analista Administrativo**, em 24/06/2026, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elielton Chaves Frazao, Engenheiro(a) Eletricista**, em 24/06/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Dias da Silva, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 24/06/2026, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Wawrick, Chefe de Setor**, em 24/06/2026, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61030890** e o código CRC **7898D9C9**.